

# GRAMSCI E A FILOSOFIA

Geraldo Magella Neris\*

A proeminência de Michel Debrun no cenário acadêmico e intelectual brasileiro dispensa maiores comentários. No entanto, é sempre bom realçar alguns pontos da trajetória de vida desse francês que acabou adotando o Brasil como o país de escolha para trabalhar e viver, desenvolvendo aqui uma importante carreira intelectual.

Após obter a *agrégation* em filosofia e lecionar por cerca de dez anos da Faculte de Letteres et Sciences Humaines de Toulouse, ele veio ao Brasil pela primeira vez em 1956, a serviço da Fundação Cultural Francesa. Após essa primeira estada rápida de um ano, ele trabalhou por mais quatro anos no Rio de Janeiro, lecionando na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEP).

Todavia, depois de lecionar por algum tempo na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no início dos anos setenta ele se transferiu para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde realmente desenvolveu a maior parte de sua rica carreira intelectual e acadêmica, contribuindo ainda para a fundação do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLC). É assim que em 1990, coroando os seus esforços de docente, recebeu do Conselho Universitário o título de professor emérito da Unicamp, universidade a qual permaneceu ligado até o momento de seu falecimento prematuro, ocorrido em 1997.

Além de outras obras importantes publicadas, destacando-se *Ideologia e Realidade* (1959), *O fato político* (1962), *A conciliação e outras estratégias* (1983), o seu último livro, que é uma reelaboração de sua tese de livre-docência defendida em 1982, bastaria para incluí-lo entre os intelectuais brasileiros mais destacados das últimas décadas.

\* Mestrando em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Marília - SP.

O livro *Gramsci: filosofia, política e bom senso*, publicado em meados do ano passado pela editora da Unicamp, é importante, por dois motivos principais. Primeiro, porque se trata de uma contribuição substancial para os estudos marxistas da dinâmica do processo histórico, ao examinar minuciosamente, de uma perspectiva filosófica antidogmática, as complexas relações entre estrutura e superestrutura na dinâmica das transformações sociais.

Em segundo lugar, a importância da obra transparece de modo mais evidente no contexto dos estudos do pensamento gramsciano, destacando-se entre a crescente literatura crítica produzida pela comunidade internacional de estudiosos como uma das análises mais acuradas sobre a concepção gramsciana das relações da filosofia com a estrutura social e com as demais instâncias da superestrutura. Conseqüentemente, é sobretudo com base nesse segundo aspecto que, como estudiosos do pensamento de Gramsci, examinaremos a importância da obra.

Como o próprio autor realça, a natureza de sua obra difere das abordagens convencionais das obras filosóficas sobre o tema. Ou seja, destoa tanto dos ensaios típicos de história da filosofia, quanto das leituras que buscam reconstruir o pensamento de um determinado autor a partir da leitura das "entrelinhas" de seus escritos. Por conseguinte, Debrun não tem a pretensão de reconstituir um "autêntico Gramsci" ou o "verdadeiro Gramsci", como parece ser a tônica de alguns intérpretes anteriores. À primeira vista Paulo Sérgio Pinheiro parece ter razão, quando diz no *Prefácio* que o livro de Debrun não se reduz a uma interpretação da obra de Gramsci. Acrescentamos, porém, que se o livro não pode ser reduzido a uma mera interpretação, não se trata, tampouco, de uma reflexão distanciada e autônoma do referencial gramsciano.

Assim, descartada essa possível autonomia da leitura diante da herança gramsciana, pois ali encontramos os elementos característicos da *démarche* instaurada por Gramsci, só restou uma saída metodológica ao autor. E é exatamente esse o caminho trilhado por Debrun, como ele mesmo admite, ao enfatizar que o seu projeto "é pensar" em "Gramsci". Pensar "em" Gramsci, portanto, significa

reconhecer o caráter fragmentário da obra gramsciana, o seu estatuto de notas de trabalho, não destinadas à publicação e testemunhas de um pensamento ainda em construção. E, a partir da oposição *de senso comum e bom senso*, considerados pelo autor os dois conceitos gramscianos com mais alto grau de acabamento categorial, propor um desenvolvimento das interações entre filosofia e estrutura apenas delineadas por Gramsci.

Aqui se destaca o ponto mais polêmico da abordagem de Debrun, já que nega a posição majoritariamente aceita pelos estudiosos da obra de Gramsci, ao questionar a validade conceitual de importantes categorias como sociedade civil, sociedade política, revolução passiva, etc. Seguindo um caminho iniciado por Perry Anderson (*As antinomias de Antônio Gramsci*), Debrun critica a excessiva maleabilidade categorial de tais conceitos, dada a heterogeneidade das realidades nomeadas pelos mesmos. No entanto, essa postura peculiar não interfere em sua empresa, já que a oposição entre *senso comum e bom senso* - justamente por seu polimento conceitual mais desenvolvido - permite alcançar um plano privilegiado a partir do qual se torna possível desenvolver os desdobramentos lógicos da reflexão gramsciana sobre o papel da filosofia. É o que se propõe a fazer o autor, ao desenvolver a tese implicitamente presente em Gramsci de que a filosofia é o elemento estruturador da dinâmica social, relacionando estrutura e superestrutura, pela redefinição dos interesses sociais próprios de cada época histórica.

Segundo o autor, a grande originalidade e, por conseqüência, a vitalidade do marxismo de Gramsci reside no reconhecimento do equilíbrio da interação entre infraestrutura e superestrutura na determinação da dinâmica do processo histórico. Discordando das posições dominantes no pensamento marxista das primeiras décadas do século XX, mas de forma alguma restrita somente a essa época, já que continuam a vicejar ainda hoje, Gramsci supera tanto o *mecanicismo* quanto o *utilitarismo* que reduzem a superestrutura a um mero epifenômeno ou a um simples desdobramento dos interesses materiais presentes na infraestrutura. Mas, então, qual é

a posição gramsciana? Como é possível reivindicar uma situação de equilíbrio entre estrutura e superestrutura sem cair nas armadilhas do idealismo?

O autor demonstra que o equilíbrio entre estrutura e superestrutura postulado por Gramsci - que, nesse sentido, aprofunda a concepção marxiana do desenvolvimento histórico - é possibilitado pela articulação dialética dos dois pólos através do conceito de *bloco histórico*. O bloco histórico representa, portanto, o conjunto organicamente articulado que combina *forma e conteúdo*, superestrutura e estrutura, ideologia e economia, fornecendo estabilidade histórica a uma determinada totalidade social. Assim, a estrutura e a superestrutura não são concebidas como realidades autônomas, atuando uma sobre a outra de uma perspectiva externa, como se tratasse de uma interação própria de elementos independentes. O conceito de bloco histórico permite apreender a concreticidade da vida social, mostrando que na práxis histórica as relações de produção e a vontade humana estão indissolúvelmente imbricadas, formando uma unidade orgânica entre instância econômica e cultura própria da atividade social humana. O que significa reconhecer que a divisão entre estrutura e superestrutura só tem sentido metodológico, facilitando a apreensão da complexidade da vida social pelo pensamento, enquanto na realidade concreta prevalece a interação orgânica entre as diversas instâncias.

Nessa perspectiva, como Debrun resume muito bem, a instância econômica passa a ser vista "como um conjunto de *problemas* a resolver". Ao invés de decorrer mecanicamente do desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, como advogava o marxismo da Segunda Internacional e de alguns intérpretes da Terceira Internacional, a constituição de novas superestruturas deve ser vista mais como representando a solução de problemas colocados pelo desenvolvimento da base material da sociedade. Se a estrutura não determina a superestrutura, mas tão somente coloca novos problemas, quem define as superestruturas? Se o desenvolvimento histórico não é visto como um desdobramento automático da contradição entre forças produtivas e relações de produção, como

fica evidente se apreendemos o *espírito* da obra marxiana, e não apenas fragmentos localizados - e se a própria conformação da estrutura parece exigir a intervenção da vontade humana no sentido de conformar os rumos de seu desenvolvimento -, que instância seria responsável por essa função? Ou seja, se a economia - que desde Marx, sabemos ser a base material da sociedade humana - não pode por si mesma gerar o *moto contínuo* de seu desenvolvimento, de onde então provém esse aporte? E, ainda, como fica o estatuto infraestrutural da economia, se ela mesma passa a ser modelada pela superestrutura?

É a esse conjunto complexo de indagações que a obra de Michel Debrun procura responder.

Conforme o autor, a filosofia aparece como a instância modeladora do desenvolvimento histórico. Mas não a filosofia como entendida pela maioria dos autores marxistas, reduzida a uma mera expressão "ideológica", no sentido pejorativo do termo; pois as correntes filosóficas mais importantes (vide: Iluminismo, Idealismo alemão, etc.) sempre ultrapassam essa função ideológica legitimadora para representar a percepção histórica de uma época. Ao reconhecer o papel estruturador da filosofia - isto é, ao se superar a concepção da filosofia como mera "ideologia" sistematizadora da dominação política dos grupos dominantes - torna-se patente a sua função de "conformar" (dar forma) a apreensão objetiva do mundo própria de cada época histórica (não só a apreensão teórica, mas também a práxis social, científica, religiosa, etc.). Conseqüentemente, e nesse ponto a contribuição de Debrun é bastante esclarecedora, a constituição das categorias gramscianas dos *Quaderni del carcere* adquirem um vínculo antes insuspeitado com a instância filosófica.

Os interesses dos diversos grupos sociais, radicados na superestrutura "subjéctiva", são conformados pela filosofia específica de cada época. Portanto, a redefinição dos interesses sociais (valores, fins, etc.) é feita progressivamente pela nova filosofia que se impõe: essa é a raiz da "reforma intelectual e moral" postulada por Gramsci. Em resposta aos problemas da estrutura, a filosofia fornece algumas

possíveis soluções. A informação filosófica, filtrada pelos interesses dos grupos sociais dirigentes, se incorpora ao comportamento dos grupos hegemônicos e se irradia para o conjunto da sociedade. Com efeito, pode-se falar de uma *hegemonia filosófica basilar* ou de um fundamento filosófico da hegemonia, que fornece o alicerce sobre o qual será erigida a hegemonia política do grupo dominante. Então, como destaca muito bem o autor, o próprio fundamento da hegemonia se assenta na conformação da apreensão objetiva do mundo disseminada entre as classes sociais. Logo, o conceito de hegemonia, tal como formulado por Gramsci, transcende a mera compartimentalização estritamente política (coação + consenso), para incluir a conformação da visão de mundo difundida pela filosofia da época.

Nesse sentido, a concepção desenvolvida por Debrun supera a instrumentalização da filosofia, afirmando que essa representa o espírito histórico de cada época; assim como o próprio marxismo, numa certa medida, representa a filosofia de nossa época. Por conseguinte, a filosofia funciona como o princípio de "organização da cultura", procurando responder - direta ou indiretamente - aos problemas colocados pela infraestrutura. É a filosofia que, em sua constante interação com as outras superestruturas, contribui para a elaboração das demais instâncias: "Se a superestrutura, de modo geral, pode ser considerada como a forma do mundo social, a filosofia constitui a 'forma das formas'".

As filosofias das diferentes épocas históricas são mais do que meras "ideologias", já que sempre apresentam um determinado conteúdo de verdade. Ou seja, como Debrun demonstra, a apreensão gramsciana se caracteriza por reconhecer a existência de uma relação direta entre filosofia e verdade que perpassa a filosofia de todas as épocas. Assim, essas filosofias, além de representarem a verdade de suas respectivas épocas (condensam o "espírito" de seu tempo), contêm ainda a compreensão teórica das contradições e potencialidades cristalizadas pelo desenvolvimento histórico daquele momento. É isso que explica a persistência da filosofia. Segundo Debrun, a continuidade da filosofia não se funda

na recorrência dos mesmos problemas ao longo do tempo; porém, ao contrário, decorre de sua função arquitetônica da sociedade, responsável pela resolução dos problemas suscitados pelo desenvolvimento da infraestrutura (problemas econômicos, sociais, políticos, etc).

Então, a partir da reflexão desenvolvida por Debrun, a dinâmica do processo histórico aparece em toda a sua riqueza e complexidade. A instância estrutural reside mesmo nas forças produtivas, já que é o seu dinamismo que fornece os problemas cuja solução conformará a filosofia da época. Mas a filosofia também atua sobre a estrutura, ao redefinir os interesses sociais, criando as superestruturas "subjetivas" (valores, ideais, etc.) que moldarão as instituições exigidas pelo desenvolvimento social.

Assim, a filosofia se destaca como a superestrutura responsável pela elaboração da forma de apreensão objetiva do mundo característica de cada época. Ao tratar dos problemas intrínsecos a cada período histórico, a filosofia contribui decisivamente para a elaboração de soluções possíveis à demanda colocada pela infraestrutura. Algumas dessas soluções potenciais, quando mediadas pela política - isto é, pelo processo da luta de classes - se transformam em ideologia, se difundindo entre as massas populares e se transformando em *bom senso*. O bom senso nada mais é do que a irradiação da filosofia de uma época para a mente coletiva, substituindo o amálgama de elementos fossilizados de épocas anteriores que caracterizam justamente o *sensu comum*.

Ou seja, se a filosofia sem a mediação da política é estéril, a política, de forma ainda mais marcante, nada inova sem as constantes reelaborações dos interesses dos grupos sociais fornecidas pela filosofia. Está claro que a filosofia não substitui a política (luta pela hegemonia) como princípio diretor da história, mas apenas fornece as bases para a construção dessa hegemonia, já que modela a própria apreensão objetiva do mundo pela mente coletiva.

A conclusão final de Debrun é que Gramsci tem razão quando dizia, já em seus escritos pré-carcerários, que são mesmo

as idéias que, ao se irradiarem para as massas, se transformam em força material, pondo em marcha a dinâmica do processo histórico. E, nesse sentido, a filosofia desponta com a instância geradora *par excellence* da energia criativa da mudança histórica. É visando colher todos os desdobramentos possíveis dessas conclusões que o autor examina minuciosamente o papel da filosofia na dinâmica do *processo histórico*. Na primeira parte do livro ele se ocupa das relações entre a infraestrutura e a filosofia, mostrando como os problemas surgidos na economia são equacionados pela informação filosófica. Na segunda parte, como um desdobramento lógico, são examinadas as relações entre a filosofia e a política, esclarecendo o processo de difusão da informação filosófica. E, por fim, na terceira parte da obra discute-se a interação entre filosofia e pedagogia, entendida num sentido mais amplo como o processo de constituição do *bom senso*.

Em resumo, a obra de Michel Debrun aparece como uma contribuição fundamental para o desenvolvimento dos estudos gramscianos em nosso país, fornecendo uma reflexão erudita que - ao pensar "em" Gramsci - consegue construir uma lógica plausível da compreensão do papel da filosofia na constituição da totalidade social partindo das intuições presentes na obra gramsciana.

No entanto, muito mais importante do que isso, a obra de Debrun é um testemunho vivo, para os áridos tempos em que vivemos, de que é possível para o intelectual se manter íntegro e crítico, mesmo circunscrito às fronteiras da vida acadêmica.

DEBRUN, Michel. **Gramsci: filosofia, política e bom senso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. 290 p.